O Imposto não ameaça mais

A categoria profissional dos psicólogos foi diretamente atingida por uma "norma tributária" expedida pela Secretaria da Receita Federal. Por tal "norma", publicada no Diário Oficial da União, o usuário de serviços psicológicos não poderia abater da renda bruta na declaração do Imposto de Renda suas despesas com tratamento. Pior. Poderia descontar seus gastos desde que comprovada, **por laudo médico**, sua deficiência física ou mental. Tudo se passa como se o psicólogo não fosse um profissional da área de saúde. Como se não fosse um profissional cuja atividade e campo de atuação são definidos por lei.

Diante desse fato, o CRP-06 agiu com rapidez. Por proposta sua, reuniram-se no dia 25 de abril, em Brasília, os presidentes de todos os Regionais junto com o Federal para analisar a questão. A decisão dos CRPs foi pela necessidade de tomar providências imediatas. Primeiro, junto à própria Receita Federal, com o objetivo de esclarecê-la sobre as prerrogativas legais conferidas à profissão do psicólogo. Isso porque a "nota tributária" da SRF traz incompreensões acerca daquela legislação.

Até então, o psicólogo nunca foi excluído do conjunto de profissionais cujos serviços têm suas despesas abatidas da renda bruta do contribuinte. A "nota" explicitava a exclusão das despesas com serviços psicológicos como passíveis de abatimento. Então, chegou a hora de lutar pela inclusão específica do psicólogo, como profissional da saúde que é, no código 18 da Declaração de Rendimentos.

Primeiras medidas: no dia 28 de abril, o presidente do CFP entregou ao secretário da Receita, Francisco Dornelles, documento assinado por todos os Regionais e pelo CFP. Nele, esclarecemos a SRF sobre a legislação própria da profissão do psicólogo e solicitamos da Receita elaboração de instrução normativa que permita ao contribuinte abater de seu IR despesas feitas com tratamento psicológico. No mesmo dia 28, uma delegação de associações profissionais e sindicatos de psicólogos também levou à SRF documento semelhante, assinado por entidades representativas de profissionais de Psicologia de todo o país.

Em seu documento, CRPs e CFP argumentavam que a exigência feita pelas autoridades fiscais choca-se com o conceito de saúde definido pela Organização Mundial de Saúde. Ou seja, segundo a SRF, a dedução das despesas com psicólogos só pode ser feita quando o contribuinte e seus dependentes forem "deficientes físicos ou mentais". Saúde, ou sua ausência, limita-se a deficiências físicas ou mentais? Lembremos também ao fisco que é função privativa do psicólogo o diagnóstico psicológico. Portanto, que o profissional de Psicologia não tem qualquer vínculo de subordinação com médicos.

Essa ameaça aos interesses do psicólogo e do seu cliente lembra os tempos do projeto Julianelli. Para combatê-lo, a categoria se mobilizou em nível nacional. O projeto foi arquivado. Isso mostra que dificilmente qualquer obstáculo será vencido, qualquer lei será alterada sem que os psicólogos se organizem para discutir o problema e se mobilizem para pressionar contra medidas que afetam seus interesses e os interesses da comunidade a que servem.

O resultado da ação imediata dos Conselhos Regionais, do Federal, associações e sindicatos de psicólogos foi a aceitação, pela Receita, de nossos argumentos: em 1982, ano-base 1981, o paciente-contribuinte poderá abater suas despesas com psicólogo da renda bruta em sua declaração do Imposto de Renda.

Psicotécnicos: ainda à procura de soluções
(Pág.3)

Vem aí uma nova reforma do ensino?
(Pág.4)

CRPs preservam a sua autonomia

Freqüentemente, a autonomia dos Conselhos Regionais de Psicologia em relação ao Conselho Federal entra em questão. Um campo fértil para isso é, por exemplo, a gestão econômico-financeira dos Regionais. Assim, a questão voltou à baila na reunião dos tesoureiros regionais, realizada em Brasília no dia 23 de abril. Tema do encontro: parâmetros para orçamento-programa. Ou seja, a discussão para fixação de despesas proporcionais, visando principalmente objetivos gerais do Conselho, com base nos recursos estimados.

Entretanto, da mesma forma que há questões gerais que interessam toda a categoria, como, por exemplo, os relativos à orientação e fiscalização da profissão, existem também problemas específicos de um ou outro Regional. Exemplo: o CRP-06 tem, em seu programa, a contratação de uma pesquisa com o DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos para levantamento do perfil do psicólogo da sexta Região; tem, ainda, o projeto de interiorização das delegacias. É quando se coloca a questão: por que a aprovação dos recursos a serem destinados a dois programas do CRP-06 depende de sua compatibilização nacional? Onde fica a autonomia dos CRPs?

Por isso, a reunião dos tesoureiros decidiu que a autonomia administrativo-financeira dos Regionais será mantida em relação aos seus programas, desde que estes se enquadrem nos seguintes parâmetros: sejam ligados às atividades-fins dos CRPs; tenham resultados que possam ser quantitativamente verificáveis; estejam dentro do plano estratégico da região, ou seja, que atendam às suas necessidades peculiares. Tais critérios foram aprovados para vigorarem a partir de 1982.

Em uma Assembléia de Delegados Regionais, realizada em novembro de 1980 foi decidido, por unanimidade, que uma parte do saldo de 81, de verba do CFP, seria repassada aos Regionais para execução de projetos especiais. Ora, o CFP pretendia que os CRPs enviassem, antecipadamente, seus projetos, os quais, então, seriam estudados, compatibilizados, reformulados e só então legitimados. Porém, posteriormente foi decidido que essa apreciação será realizada somente na presença dos representantes daquelas CRPs cujos projetos estejam em julgamento. Ficou clara, então, a importância de os Regionais terem projetos próprios e, conseqüentemente, autonomia para desenvolvê-los.

Editorial

O espectro do Projeto Julianelli que tanto ameaçou nossa categoria continua solto. Veementemente repudiado por nós, anda causando novos assombramentos como já fazia antes mesmo de estar travestido no projeto-lei 2726. A última, foi a proibição de dedução do Imposto de Renda dos serviços prestados por psicólogos. Por sabermos o perigo que isso representava para a categoria, o CRP-06 tomou a iniciativa de convocar todos os CRPs e, depois da reunião com o CFP, levamos nossas ponderações à Receita Federal.

Foi incrível a simplicidade com que se ignorou uma categoria profissional reconhecida por lei e, portanto, cadastrada no Ministério do Trabalho.

Entender como dedutível apenas o pagamento do trabalho realizado com deficiente físico e/ou mental é restringir muito o reconhecimento das necessidades humanas. É preciso acabar de uma vez com a concepção de que a psicoterapia é um atendimento aos "problemas existenciais". É preciso que as instituições de nosso país se compenem de que nos dedicamos ao alívio do sofrimento humano, fato que deve ser considerado importante mesmo quando a luta pela sobrevivência humana é maior. Por outro lado, não

se pode discriminar os psicólogos que atendem pacientes com deficiências físicas e/ou mentais daqueles que se dedicam a outro tipo de clientela. Estranhamos, ainda, a exigência de laudo médico sobre as condições de saúde psíquica se, por lei, esta é atribuição privativa do psicólogo. A Receita Federal desconheceu legislação previamente firmada.

O CFP levou à Receita nossos pontos de vista. Eles foram acatados. A partir do próximo ano (na declaração de 1982, ano-base 1981), o contribuinte poderá abater de sua renda bruta na declaração do Imposto de Renda as despesas com psicólogos.

De mais a mais, preocupam-nos as ameaças constantes que o psicólogo clínico vem sofrendo nas diferentes relações de trabalho que mantém — esteja ele vinculado a convênios, seja funcionário público ou autônomo.

Os episódios recentes mostram que é fundamental que a categoria esteja atenta aos "jullianellis" de nosso dia a dia e faça chegar ao Conselho seus problemas para que, juntos, possamos lutar pelo melhor atendimento ao público e por condições dignas do exercício de nossa profissão.

Resoluções

CFP, nº 01/81, de 01/02/81
Cria a Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização, constituída por conselheiros federais efetivos e suplentes. A finalidade da Comissão é o trato de assuntos que envolvem a orientação e fiscalização da profissão, tais como a emissão de normas para o planejamento, a organização, a execução, a coordenação e o controle das atividades orientadoras e fiscalizadoras.

CFP, nº 002/81, de 23/02/81
Cria uma Comissão Permanente do Conselho Federal de Psicologia para Apêlo Administrativo aos CRPs. O CFP justifica a instituição de tal Comissão de Apêlo pela necessidade de maior integração entre os CRPs; pela necessidade do CFP de acompanhar melhor as atividades dos CRPs; pela urgência que há na fixação de critérios facilitadores das propostas orçamentárias; pela necessidade de obediência aos prazos estatuídos em lei e regimentos; pela necessidade de alocação de recursos aos CRPs.

CRP-06, nº 002/80, de 17/11/80

Por esta emenda à resolução 004/79, de 02/04/79, o CRP-06 modifica as normas para a instalação das Delegacias Regionais; cria o cargo de Delegado Adjunto; e estabelece a possibilidade de designação de psicólogos representantes junto ao Conselho nas cidades que não sejam sede de Delegacia, mas que justifiquem uma representação em vista de sua importância geo-econômica, política e/ou do contingente de psicólogos nela radicados.

CRP-06, nº 003/80, de 24/11/80

Estabelece normas para a utilização de auxiliares na aplicação de estes psicológicos. Entre estas, que na aplicação de testes só poderão funcionar como auxiliares estudantes de Psicologia que tenham cursado ou estejam cursando a disciplina "Técnicas de Exame Psicológico". Que o número de auxiliares trabalhando numa entidade não poderá ser maior que o de psicólogos que nela atuem profissionalmente.

(V.pág. 3)

Cara a Cara

O jornal do CRP-06 existe para prestar serviços ao psicólogo, portanto depende diretamente de sua participação. Informações, dúvidas, críticas, troca de experiências, é para isso que estamos aqui. Este espaço está aberto ao profissional de Psicologia da 6ª Região. Continue usando-o.

Laudo Biopsicológico

O psicólogo está habilitado para elaborar laudo biopsicológico?

A elaboração de laudo biopsicológico deve, legalmente, contar com a participação de um psicólogo, no que se refere à parte psicológica, e com um médico, na parte biológica. Eventualmente, um dos dois poderia representar a equipe, desde que mencionados os nomes e qualificação profissional de seus integrantes. Vale lembrar o Art. 20 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu capítulo "Das Relações com a Justiça": "O Psicólogo perito deverá agir com absoluta isenção, limitando-se à exposição do que tiver conhecimento através dos exames e observações e não ultrapassando, nos laudos, a esfera de suas atribuições".

Correspondência

Continuamos a receber reclamações sobre correspondência não recebida. Pedimos, de novo, sua compreensão para as falhas que têm ocorrido contra a nossa vontade. Acontece que nosso processo de endereçamento é manual e, atualmente, cada remessa que fazemos significa o envio de 12 mil cartas, o que dificulta um maior controle de qualidade. A automação do processo é custosa e, no momento, não dispomos de recursos para tanto. Uma possibilidade que está sendo estudada é a utilização pelo CRP-06, do computador do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura para o endereçamento. Se der certo, esperamos acabar com o problema.

Agenda

Maio, Junho/81

Nos dias 26 e 27 de maio, a Sociedade de Psicologia de Campinas promoverá palestras sobre Relações Objetivas: Teoria Psicanalítica de Fairbairn, coordenadas por Miguel da la Puente e Sebastião Elyseu Jr. Nos dias 5, 12 e 19 de junho, mesas-redondas sobre o excepcional e a Psicologia, coordenadas por Hélio José Guillard.

Julho/81

De 6 a 10 de julho, à noite, será realizado o 2º Simpósio de Recursos Humanos do ABC, organizado pelo Grubase — Grupo Bandeirantes de Profissionais de Recrutamento e Seleção. Oportunamente, o Grubase informará local, horários, forma de inscrição, etc.

Jornal do **CRP** /06 MARÇO/ABRIL - 1981 ANO 1 Nº 2

JORNAL DO CRP. 06. — Órgão Informativo Oficial do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. Conselheiros: Luis Otávio de Seixas Queirós, Yvonne Gonçalves Khouri, Luiz Celso Manço, Ghislaine G. S. Moreira, Moyses Campos de Aguiar Netto, Omyr F. Gabbi Jr. (licenciado), Gerson Roberto Correia, Vera Lúcia Collucci, Carmem Lúcia Riltner (efetivos), Sigmar Matvezzl (licenciado), Abelardo de Almeida, Tatiana Wernikoff, Miriam S. Vianna, José Roberto Tozzoni Reis, Lázaro A. Ávila, Sérgio Antonio da Silva Leite, Maria Clotilde B. Nagaki, Maria Aparecida C. da Cunha (suplentes).

Director-responsável: Gerson Roberto Correia
Jornalista Responsável: Anamária Vainsencher
Arte e Diagramação: Luiz R. Cruz

Composição Fotográfica
Impressão sobre papel comercial
S/O O LADO DE S. PAULO
Dr. Eng. Carlos Aires, 35 - São Paulo
CRP-06: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1084, 10º, CEP 01452, São Paulo, São Paulo
Tiragem desta edição: 10.000 exemplares

Psicotécnicos: em busca de uma saída

São antigos os problemas com exames psicotécnicos, tanto para o profissional de Psicologia, como para o usuário daqueles exames. No caso da 6ª Região, as dificuldades existem há pelo menos uma década, quando o Detran tornou os exames obrigatórios para motoristas profissionais (a obrigatoriedade para amadores veio em fins de 1979). Como a questão está diretamente ligada a uma das áreas de atuação do psicólogo, naturalmente o CRP-06 continua a lutar para alterar a situação existente.

Não foi por outra razão, por exemplo, que o Conselho, através de Resolução (v. pág. 2), estabeleceu normas para a utilização de auxiliares na aplicação de testes psicológicos. Levando em conta aspectos relativos ao mercado de trabalho próprio do psicólogo — e, portanto, sua defesa — além de cuidados com o usuário — e, portanto, a manutenção do padrão do serviço prestado pelo psicólogo — o CRP-06 definiu a área de atuação dos auxiliares (estudantes de Psicologia) e a responsabilidade do profissional na aplicação e avaliação dos exames psicológicos.

Mais uma Resolução, em si, pode não significar muito se os psicólogos não a

levarem à prática. Ou seja, se a própria categoria não transformar a decisão do Conselho em norma cotidiana de atuação. Os problemas, porém, são muitos. Por isso o CRP-06 tem discutido permanentemente o assunto e estudado os meios mais adequados para encaminhar soluções.

Continua sendo propósito do Conselho lutar por uma legislação que assegure apenas aos psicólogos a propriedade de entidades de prestação de serviços psicológicos, ao invés daquelas entidades, como hoje, estarem, em maioria, nas mãos de leigos. Da mesma forma, o CRP-06 pretende informar adequadamente professores e estudantes de Psicologia sobre a validade dos exames psicotécnicos, descredenciados em consequência da situação atualmente existente.

Entretanto, qualquer mudança em matéria de exames psicotécnicos não depende apenas do CRP-06, do Sindicato ou mesmo do CFP, mas de entrosamento entre estes e o Contrans, Detran, Ciretrans.

O que podemos fazer de concreto, hoje? O profissional de Psicologia, a par da baixa remuneração, da concorrência desleal de leigos proprietários de institutos, da

situação de "inferioridade" em relação ao médico, deve agir eticamente, lutar para manter um bom padrão em seus serviços. Não deve, isto sim, usar as dificuldades existentes como pretexto para rebaixar a qualidade de seus serviços. O profissional pode, ainda, prestar algumas informações ao usuário. Exemplo: quantos clientes sabem que podem escolher livremente o Instituto onde fazer o psicotécnico? E quantos sabem que podem, pessoalmente, ir buscar os resultados do exame?

Quanto ao Conselho, continuará exercendo e aperfeiçoando sua ação fiscalizadora, preocupando-se, primeiro, em orientar o psicólogo, ao invés de pura e simplesmente puni-lo. Orientar o profissional no sentido de informá-lo e levá-lo a cumprir as normas existentes.

O CRP-06 abriu caminho para a normatização, através de Resoluções, e agora procura caminhos para uma ação mais efetiva em relação aos psicotécnicos. Na Comissão de Fiscalização, um grupo dedica-se especificamente à questão, sob seus vários aspectos (o psicólogo, a normatização do trabalho, o relacionamento aberto com o Detran e Ciretrans).

REPORTAGEM

Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?

Sua formação é kleiniana. Hoje, quando falam na adoção de uma "linha" de conduta se afirmam ecléticas: "Vamos adotar uma 'escola' para cada paciente. Não podemos colocar o indivíduo numa trilha e dizer que 'tudo é complexo de Édipo'. Portanto, não podemos ser só Freud, só Klein". Vilma e Adelaide consideram que é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique. E, para atender as necessidades atuais e reais do paciente, elas podem usar pirâmides, sonoterapia, hipnose, relaxamento, regressão, acupuntura, análise, anamnese. "Todos são igualmente válidos", argumentam as psicólogas.

"Não nos escondemos atrás das pirâmides", afirmam Vilma e Adelaide. Os pacientes podem ou não optar por elas.

As psicólogas gaúchas travaram conhecimento com as pirâmides na leitura dos antigos, depois que fizeram cursos e experiências. Segundo elas, trabalhar com pirâmides é trabalhar com a Psicotrônica, originária dos países socialistas (Romênia, Tchecoslováquia, URSS) e que pesquisa a energia, que tem tantas naturezas cuja amplitude sequer foi completamente detetada.

A pirâmide, explicam Vilma e Adelaide,

é um simples condensador e distribuidor de energia cósmica ou óptica. Ela nada mais faz do que captar energia através das pontas, criando dentro um campo de força. Seu princípio é o de que o desequilíbrio da energia cósmica afeta o equilíbrio da energia calórica e o da telúrica, gerando desequilíbrios somáticos e psíquicos. A doença, assim, é consequência de uma descompensação de energia.

Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com um "método" de atuação. É uma técnica, entre tantas, que dá resultados que consideram positivos. "Não se trata de bruxaria, como pode ver", dizem as psicólogas. Na defesa da liberdade de serem "ecléticas", Vilma e Adelaide argumentam que boa parte dos profissionais geralmente não admitem que abandonaram a "ortodoxia" na sua prática diária, uma vez que uma "linha" bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional.

O que é válido ou não no tratamento de um paciente? Quais os métodos e as técnicas que um psicólogo pode utilizar? Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos? A resposta,

ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada. Ora, como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado. Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades. Novidades, sim. Não milagres. A proposta do CRP-06 é abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências. Pelo sim e pelo não. Assim, o jornal do CRP-06 inicia uma série de reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho.

Começamos pelas pirâmides.

Adelaide Menezes Guedes e Vilma Maria Albuquerque Vale, gaúchas de origem, são psicólogas formadas pela PUC de Porto Alegre (primeira turma de Psicologia daquela Universidade) e trabalham em São Paulo desde o começo da década passada. Sua formação é sólida, de uma época na qual os estágios e a formação analítica precisavam ser feitos na Faculdade de Medicina porque praticamente inexistiam psicólogos na área de formação. Trabalharam em educação, indústria, clínica e pesquisa de testes.

Ensino de 2º grau à espera de mudanças

Se aprovado, o projeto 343/79 (de autoria do deputado Mauro Bragato, PMDB-SP) significará a volta (reintrodução obrigatória) do ensino de Psicologia, Filosofia e Sociologia aos currículos do segundo grau nas escolas públicas estaduais. Diante disso, o CRP-06, o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Asesp), filósofos e estudantes passaram a se reunir para discutir a questão.

Organizado, o grupo decidiu partir para uma campanha a favor do projeto. Aliás, o projeto já está aprovado, mas ainda se encontra na comissão de redação da Assembleia Legislativa do Estado. E quando for ao governador, o que poderá acontecer? Em caso de veto, o projeto volta à Assembleia, na qual, se contar com a Concordância de 2/3 dos deputados, o veto poderá ser derrubado. Assim, o grupo resolveu que sua atuação incluiria a mobilização das categorias envolvidas, a divulgação do projeto junto à opinião pública, deputados e educadores. Em fins de março foi enviada carta à imprensa. Sucederam-se debates sobre o assunto.

Algumas razões fundamentais levaram o CRP-06 e o Sindicato a apoiarem a iniciativa de campanha pelo projeto 343/79. Em primeiro lugar, a volta do ensino de Psicologia, Sociologia e Filosofia significa um contrapeso à tendência tecnicista impressa ao currículo de segundo grau pela reforma da

Lei 5692. CRP-06 e Sindicato, porém, reconhecem que não é a simples introdução daquelas disciplinas que mudará a situação do ensino. Entretanto, sua volta representa o retorno de disciplinas que permitem uma abordagem mais crítica da realidade.

Em segundo lugar, tal mudança curricular significa ampliação do mercado de trabalho para o psicólogo.

Recentemente, o último passo do grupo (CRP-06, Sindicato, Asesp, filósofos e estudantes) foi entrar em contato com a presidente do Conselho Estadual de Educação. Ela foi muito clara: o projeto não passará porque a matéria não é de competência do Legislativo. Além disso, o Conselho Estadual de Educação não está interessado em alterações parciais do currículo.

Ela, entretanto, deu uma informação importante: o Ministério da Educação estaria preparando uma nova reforma do ensino de segundo grau. Nesta reforma, a ênfase profissionalizante da Lei 5692 seria modificada, uma vez que sequer chegou a ser implantada de fato.

Diante desse novo dado, o grupo está repensando sua atuação. Antes de mais nada, é necessário ver quais os planos do MEC. Se houver reforma à vista, é de todo o interesse das categorias envolvidas a participação no seu processo de elaboração. Afinal, trata-se do mercado de trabalho e do currículo de segundo grau.

Agora, o debate

A Comissão de Ensino do CRP-06 está dando seus primeiros passos com o objetivo de rever os currículos de Psicologia. Nesse sentido, já enviou às faculdades da Região uma circular solicitando informações sobre o atual currículo, a carga horária das diversas disciplinas (tanto do bacharelado, como dos estágios), a relação numérica entre professores e alunos, o número de alunos que entram e saem anualmente.

As respostas começaram a chegar e a Comissão espera que cheguem mais.

Inicialmente, o material recebido das faculdades será analisado do ponto de vista quantitativo. Em uma segunda etapa, a Comissão de Ensino será ampliada para contar com representantes das escolas, de vários setores profissionais da Psicologia e estudantes. Esse grupo receberá os dados e análises elaborados pela Comissão e então decidirá qual o próximo passo a ser dado na direção da revisão do currículo de Psicologia.

Um ponto deve ficar claro: o objetivo da Comissão de Ensino não é chegar a um modelo de currículo, mas abrir espaço no CRP-06 para uma ampla discussão e, assim, a possibilidade de chegar a conclusões sobre os pontos básicos para um currículo adequado à 6ª Região.

Isto lhe interessa

Atenção para o registro

Freqüentemente, por desinformação, o psicólogo se arrisca a ter seu registro profissional cassado. E isto acontece quando comete infração disciplinar que contraria o Código de Ética ou a lei que criou os Conselhos. Exemplo: legalmente, para exercer a profissão, o psicólogo precisa estar registrado no CRP, através do pagamento da anuidade.

A regra é geral, tanto para profissionais com inscrição definitiva, como para aqueles com inscrição provisória. Estes últimos, porém, têm o prazo de um ano para renovar a inscrição. Quando não o fazem, cometem infração disciplinar por transgressão ao Código de Ética e à lei que criou os CRPs. Assim, ficam sujeitos à penalidade máxima — cassação automática do registro —, o que os impede de exercer a profissão. Continuando a exercê-la, o psicólogo está cometendo crime ou contravenção.

Na 6ª Região, cerca de mil profissionais não renovaram sua inscrição provisória desde 1975. Ou seja, não pagaram anuidade desde então, embora tenham sido notificados pelo CRP-06, que enviou correspondência para os endereços existentes no Conselho. O que o psicólogo deve fazer? Verificar, no verso de sua cédula de inscrição, o seu prazo de validade e comparecer ao CRP-06 para regularizar sua situação.

Não é demais enfatizar que o psicólogo portador de registro provisório deve recolher sua anuidade todos os anos, mesmo que seu prazo de registro seja posterior a 31 de março. Exemplo: se o profissional com registro provisório recolhe em junho, esta anuidade só vale até 31 de dezembro do ano em curso. Portanto, até 31 de março do ano civil seguinte, o psicólogo tem de pagar nova anuidade, a menos que queira pagá-la com multa...

Isto é importante: o pagamento de débitos anteriores pode ser parcelado em seis vezes.

E isto também: para obter isenção do pagamento da anuidade por motivo de viagem, o psicólogo deve solicitá-la até 31 de março do ano em curso. A renovação da isenção deve ser feita anualmente.

Novos horários

A partir de agora, o CRP-06 ficará ainda mais próximo do psicólogo, melhorando e ampliando os serviços de atendimento à categoria. A partir de agora, o Conselho estendeu seu período de atendimento administrativo ao profissional de Psicologia: de 2ª a 6ª feira, das 9.30 às 20.30 horas.

Registro obrigatório

Pela Lei 6839, de 30/10/80, todas as empresas prestadoras de serviços de qualquer natureza são obrigadas a se registrar no respectivo Conselho Regional. Naturalmente, a lei também se aplica a empresas que prestam serviços de natureza psicológica.

Gerais

ABTD-SP

Foi eleita por aclamação e tomou posse no dia 9 de abril a nova diretoria da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento — ABTD-SP para o biênio 1981/82. A chapa vencedora é presidida pelo professor Francisco A. Cordão.

Novos delegados

O CRP-06 tem novos delegados regionais. Em Campinas: Dirceu Luiz Sossai e Maria Aparecida Davoli Assumpção (adjunta). Em Ribeirão Preto: Vera Regina Lignelli Otero e Rosimeire Borges de Oliveira (adjunta). Em Santos: Luiz Antônio Guimarães Cancello e Flávia Henriques (adjunta).

Cuiabá e Campo Grande

Em Cuiabá, um fato inédito na categoria: os delegados regionais (Marilda Ribeiro Cardoso, delegada e José Dirceu Cauduro, delegado-adjunto) foram escolhidos em eleição direta pelos psicólogos da cidade. Na regional foram realizadas reuniões nas quais discutiu-se a política do CRP-06, a nova dinâmica para as Delegacias (inclusive sua organização), além dos planos para a futura sede própria da Delegacia em Cuiabá.

Em Campo Grande também houve reuniões para debate de assuntos equivalentes. A sede própria da Regional já foi alugada. Os novos delegados são José Chadid e Benedito Juberto Teixeira (adjunto).

Final feliz

Tudo acabou bem em Santos, onde os professores de Psicologia demitidos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram reintegrados às suas atividades. Dessa maneira, o Departamento de Psicologia daquela Faculdade continuará trabalhando com as mesmas diretorias traçadas há quatro anos.